



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A), PREGOEIRO(A) DO MUNICIPIO DE SCHROEDER/SC.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2024-PMS

Processo Licitatório nº 190/2024-PMS.

Contratação nº 90229/2024

GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.764.609/0002-43, sediada na Rua Manoel Aníbal Pereira, nº. 481, Dom Bosco, Itajaí/SC, CEP 88307-070, vem, respeitosamente, por intermédio de seu representante legal que aqui subscreve, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no item 8 do Edital nº. 59/2024, em desfavor da empresa **SEVEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**, fazendo-o em consonância com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. DOS FATOS

O Município de SCHROEDER instaurou o Edital de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, cujo objeto consiste na Serviços continuados de vigilância desarmada.

Após a conclusão das fases competitivas e de habilitação do certame, a empresa **SEVEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**, ora recorrida, foi

GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.





proclamada como a vencedora, conforme registrado no sistema da sessão realizada em 06/12/2024.

Contudo, a empresa recorrida foi erroneamente declarada vencedora, apresentando em sua proposta vícios que se ajustados, resultaria em valor da proposta acima do ofertado, tornando sua proposta inexequível.

II. DO MÉRITO

De início, é importante mencionar que a licitação do presente processo administrativo é regulada pela Lei nº 14.133/2021, que define em seu artigo 5º, quais são os princípios que devem reger os processos licitatórios de Pregão Eletrônico, vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios **da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, **da competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).
(grifamos)

Infere-se pelo teor do dispositivo acima relacionado, que a licitação na modalidade pregão está condicionada aos princípios básicos da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, os quais devem sempre primar pela segurança na contratação.





1. Dos vícios da proposta.

3

Inicialmente, faz-se imprescindível analisar o conteúdo do item 06 do ato convocatório, no que tange às diretrizes estabelecidas a fase de julgamento. Esse item é crucial para assegurar o cumprimento integral das exigências editalícias e evitar possíveis inconsistências que possam comprometer a regularidade da participação no certame, vejamos:

6. DA FASE DE JULGAMENTO 6.8.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.8.1. conter vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Na mesma linha de raciocínio, a Instrução Normativa nº 05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece diretrizes específicas que devem ser estritamente cumpridas.

Contudo, verifica-se que a planilha de custos apresentada pela empresa recorrida demonstra **vícios em sua proposta**, o que configura um descumprimento das condições impostas pelos diplomas legais. Tal inconsistência compromete a regularidade da proposta e pode acarretar sua desclassificação, conforme as normas aplicáveis.

Preliminarmente, cumpre destacar que, embora a empresa tenha utilizado um modelo de planilha semelhante ao apresentado em anexo, verifica-se que o referido documento não atende aos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 05/2017, que dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados no âmbito da Administração Pública. A análise da





planilha evidencia a presença de inconsistências que comprometem a sua conformidade com os requisitos legais e dificultam uma avaliação transparente e precisa.

Especificamente, foi constatado que os valores apresentados foram calculados com base em médias ponderadas dos exercícios de quatro funcionários, procedimento que inviabiliza a identificação detalhada e individualizada dos componentes de custo, bem como a análise criteriosa dos itens necessários para a comprovação da adequação da proposta.

Ainda assim, é possível observar valores expressivos que foram omitidos ou ignorados pela empresa parcialmente vencedora, lacuna essa que, de maneira preocupante, também não foi observada ou questionada pela administração contratante. Tais omissões comprometem a lisura de certame e podem resultar em prejuízos ao interesse público bem como o princípio da competitividade, conforme será demonstrado a seguir:

a) Valor destinado ao DRS sobre a hora noturna.

Verifica-se que o valor apresentado não contempla a rubrica referente ao descanso semanal remunerado (DSR) sobre as horas noturnas. Além disso, observa-se que a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), em sua cláusula específica, determina expressamente que o valor das horas noturnas deve compor uma base de cálculo para fins de DSR, o que devidamente destinado pela empresa.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

B) 12 x 36 Noturno

Salário base

Adicional noturno

Reflexo do adicional noturno sobre o DSR

1 hora normal a título de hora noturna reduzida com acréscimo de 20% de adicional noturno por dia trabalhado (pagamento do valor da hora normal acrescido de 20%)

1 hora normal com acréscimo de 50% a título de intervalo intrajornada (caso não concedido, por dia





trabalhado - pagamento do valor da hora normal acrescido de 50%), em caráter indenizatório.
(Grifo nosso)



b) Da incidência previdenciária sobre a intrajornada.

Embora a empresa recorrida tenha incluído em sua composição de preço os valores destinados ao pagamento da intrajornada, negligenciou os valores referentes à incidência previdenciária sobre o montante da intrajornada.

Acontece que, recentemente a Receita Federal, em 7 de junho de 2023, emitiu a Solução de Consulta COSIT nº 108, que alterou sua interpretação do parágrafo 4º do artigo 71 da CLT, determinando que o pagamento do intervalo intrajornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias. Vejamos:

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE
07 DE JUNHO DE 2023

(Publicado(a) no DOU de 14/06/2023, seção
1, página 257)

Assunto: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
PREVIDENCIÁRIAS. HIPÓTESE DE
INCIDÊNCIA. INTERVALO INTRAJORNADA
INDENIZADO. BASE DE CÁLCULO.

Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 20, art. 22, I, e art. 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946, artigo 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, art. 1º e art. 6º.





Além disso, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, confirmando que há incidência previdenciária patronal sobre o intervalo intrajornada, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

I - Na origem, trata-se de mandado de segurança impetrado visando ordem para afastar a imposição da contribuição previdenciária, em São Paulo - DERAT/SP, GILL-RAT e Contribuição a Terceiros incidentes sobre pagamentos feitos a empregados a título de hora repouso alimentação. Na sentença foi denegada a segurança. No Tribunal a qual, a sentença foi mantida.

II - No tocante à remuneração pelo intervalo intrajornada, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento dos ERE sp no 1.619.117/BA, da relatoria do Sr. Ministro HERMAN BENJAMIN, firmou o entendimento de que incide contribuição previdenciária (cota patronal) sobre o que for pago ao trabalhador a título de Hora Repouso Alimentação (HRA). Nesse sentido: AgInt no AREsp 1832700/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2021, DJe 04/11/2021; AgInt nos EAREsp 1122223/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/11/2020, DJe 13/11/2020; AgInt no REsp 1727114/BA, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 14/05/2019).

III - A alteração promovida pela Lei n. 13.467/2017 no art. 71, § 4o, da CLT não tem o efeito de modificar o entendimento desta corte. Isso porque a denominação e demais características formais adotadas pela lei são irrelevantes para qualificar a natureza jurídica do tributo (art. 4o, I, do CTN). Nesse sentido:





AgInt no AREsp 1.832.700/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4.11.2021; AgInt no AgInt no REsp 1963274/SP.

IV - Agravo interno improvido. ORIGEM: AgInt no REsp 1.922.731/SP

Relator do AgInt: Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO FALCÃO

Data De Julgamento: 20 DE Junho de 2023.



Apesar de a CLT estabelecer que o intervalo intrajornada é considerado um pagamento de natureza **indenizatória**, a Receita Federal adotou uma interpretação diferente, exigindo que as empresas considerem esse pagamento como parte da base de cálculo das contribuições sociais previdenciárias. Como resultado, as empresas são obrigadas a acatar essa decisão da Receita Federal.

É importante destacar que a empresas interessadas a participar desta licitação deverão **ter a inclusão da rubrica referente à incidência de encargos previdenciários sobre a intrajornada em sua planilha de custo**. Essa omissão compromete a equidade e a legalidade do processo licitatório, uma vez que a não consideração desses encargos pode distorcer a análise de custos e conferir vantagens indevidas à empresa em questão.

c) Dos Insumos.

Nesse ponto específico, chama a atenção o fato de a empresa ter cotado todos os itens, sem exceção, com valores extremamente baixos, resultando em um montante de R\$ 21,57 para quatro vigilantes, o que equivale a apenas R\$ 5,36 por funcionário. Não há justificativa plausível para essa prática, vejamos:



**1. Uniforme**

Item	Descrição	Vida Útil	Qtd.	Vlr. Unitário	Vlr. Total
a.	Blusa de Lã ou Jaqueta	12	1	R\$ 24,00	R\$ 2,00
b.	Calça Comprida	6	2	R\$ 18,00	R\$ 6,00
c.	Camiseta Manga Curta	6	2	R\$ 10,00	R\$ 3,33
d.	Camiseta Manga Longa	6	2	R\$ 14,00	R\$ 4,67
e.	Cinto	12	0	R\$ 3,00	R\$ -
f.	Crachá	12	1	R\$ 2,40	R\$ 0,20
g.	Distintivo	12	0	R\$ 6,00	R\$ -
h.	Meias	6	0	R\$ 3,00	R\$ -
i.	Quepe	12	0	R\$ 7,00	R\$ -
j.	Capa de Chuva	12	1	R\$ 7,00	R\$ 0,58
k.	Sapato	6	2	R\$ 14,00	R\$ 4,67
Valor Por Empregado					R\$ 21,45

2. Equipamentos

Item	Descrição	Vida Útil	Qtd.	Vlr. Unitário	Vlr. Total
a.	Apito	12	0	R\$ 2,00	R\$ -
b.	Cinto com Coldre e Baleiro	24	0	R\$ 10,00	R\$ -
c.	Coleto Balístico Nível II-A - 01	24	0	R\$ 40,00	R\$ -
d.	Cordão de Apito	12	0	R\$ 1,20	R\$ -
e.	Lanterna	12	1	R\$ 10,00	R\$ 0,83
f.	Livro de Ocorrência	6	1	R\$ 2,00	R\$ 0,33
g.	Munição Calibre 38	24	0	R\$ 20,00	R\$ -
h.	Porta Tonfa	12	1	R\$ 5,00	R\$ 0,42
i.	Rádio Comunicador	24	0	R\$ 20,00	R\$ -
j.	Revólver Calibre 38	60	0	R\$ 400,00	R\$ -
k.	Tonfa	12	1	R\$ 7,00	R\$ 0,58
Valor Por Posto					R\$ 2,17

Mesmo que a empresa já esteja prestando os serviços em questão, é sua obrigação apresentar cotações que reflitam valores reais e corretos, incluindo insumos novos, conforme os critérios do certo. A prática de reduzir artificialmente os valores para diminuir o preço final da proposta, com o objetivo de obter vantagem sobre os concorrentes, compromete gravemente a competitividade e a regularidade do processo licitatório. A alegação de que a empresa possui estoque antecipado ou já presta o serviço não justifica os valores apresentados. A previsão econômica da proposta deve ser comprovada de forma clara e documentada, respeitando os princípios de transparência e cumprimento das normas licitatórias.

A liberdade de uma proposta na qual a empresa atrapalha artificialmente os valores dos insumos para obter vantagem na fase de lances é totalmente irregular, prejudicando empresas que receberam cotações corretas e infringindo a competitividade do certame. Ressalte-se que todos os itens cotados apresentam valores inviáveis, sem exceção. Em particular, os



custos foram divididos entre quatro vigilantes, resultando em um valor de apenas R\$ 5,36 por funcionário, o que é incompatível com a realidade operacional e econômica.

D) Da provisão para rescisão

A empresa, em uma tentativa evidente de mascarar sua proposta, negligenciou uma rubrica essencial prevista no Módulo 3 – Provisão para Rescisão referente ao Aviso Prévio Trabalhado. Foi apresentada uma percentagem arbitrária de 0,16%, quando o valor correto deveria ser de 1,94%.

Modulo 3 - Provisao Para Rescisao			
3	Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado <i>=(((Rem/12) * percentual de dispensa</i>	0,40%	R\$ 42,42
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 3,39
C	Aviso Prévio Trabalhado <i>= (((Rem / 30 dias) * 7 dias) / 12 meses)</i>	0,16%	R\$ 17,07
	Incidência de GPS FGTS e		

Ressalte-se que o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou expressamente sobre o tema, determinando que o percentual de 1,94% seja utilizado como referência obrigatória, conforme orientações previamente publicadas.

Acórdão 1186/2017 - Plenário

5. Nas licitações para contratação de mão de obra terceirizada, a Administração deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.





E) Da inexecuibilidade da proposta

Nota-se que após as devidas correções, mesmo zerando as únicas rubricas que podem ser alteradas (custos indiretos e lucro) ainda assim o valor de sua proposta ainda estaria acima do que foi proposto, **considerando**

A nova legislação de licitações estabelece como principal objetivo contratar e assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto. Uma das ferramentas fundamentais para verificar a exequibilidade da proposta se tratando de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra é a utilização da planilha de custos e formação de preços.

Assim, o julgamento das licitações deverá ser realizado consoante critérios claros, objetivos e públicos, sob pena de invalidação. De tal modo, as formalidades impostas pela lei, atos normativos e instrumento convocatório para a licitação são obrigatórias para os licitantes e agentes públicos nela envolvidos. Essas lições confirmam que a Pregoeira, antes de olhar para os preços, deverá olhar para a regularidade das propostas. Não há que se falar em MENOR PREÇO, olhando-se para proposta irregular.

IV- DOS REQUERIMENTOS

ISTO POSTO, diante da plena comprovação do não atendimento ao edital, REQUER, o acolhimento do presente recurso, a fim de **comprovar a viabilidade da proposta da empresa parcialmente vencedora**, cuja exequibilidade é prejudicada pela falta de cumprimento dos requisitos legais indicadas neste recurso.

Ao final, julgar totalmente procedente o presente recurso, para fins de rever a decisão de classificação, declarando a nulidade do ato e após a não comprovação de viabilidade da proposta vencedora declarar imediata DESCLASSIFICAÇÃO para a empresa **SEVEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.**





Não alterando a decisão, **requer o imediato encaminhamento à autoridade superior para que seja reapreciado.**

11

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Itajaí/SC, 11 de dezembro de 2024.

ALISSON FREITAS MERCHED
Administrador

GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

